



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial DO Regime
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Guarulhos foi instituído pela Lei nº 955/1964. Foi reestruturado em 2005 com advento da Lei nº 6.056/2005 que o adequou às normas constitucionais e à legislação federal, abrangendo aposentadoria, pensões e outros benefícios previdenciários, com plano de custeio e estrutura administrativa própria e foi alterada pela Lei nº 6.977, de 19 de dezembro de 2011.

Como prevê a Lei Municipal nº 6.977, de 19 de dezembro de 2011, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

- **Fundo Previdenciário Financeiro; e**
- **Fundo Previdenciário Capitalizado.**

É certo que antes deste fato, a gestão previdenciária do ente estava acometida ao IPREF, no pagamento de pensões, e aos demais órgãos PMG/SAAE/CÂMARA/IPREF, a quem competiam a gestão e o pagamento das aposentarias dos respectivos servidores.

De fato, o IPREF na qualidade de autarquia, até o exercício 2005, administrava e distribuía os benefícios previstos na Lei nº 4.755/1995 (previdência e assistência à saúde), porém, em decorrência da reforma realizada naquele ano editou-se a Lei nº 6.056/2005, instituindo o Regime Próprio do Servidor, e segregando suas atividades, inclusive no aspecto financeiro e orçamentário do regime de assistência à saúde que passou a ser regulamentado pela Lei nº 6.083/2005.

A segregação das atividades no âmbito da gestão autárquica está em consonância com a Lei Federal nº 9.717/1998 de modo que coexistem dois regimes assistenciais, em unidades orçamentárias específicas com execução da receita e despesa.

A partir de junho de 2005, o IPREF iniciou a formatação da unidade gestora do RPPS, efetivando a centralização da gestão, a concessão e o pagamento de todos os benefícios previdenciários do Município no exercício 2006.

Estes acontecimentos refletiram no Anexo de Metas Fiscais - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

Destaca-se que em 31 de dezembro de 2017, o Município possuía mais de 20.000 (vinte mil) servidores ativos alocados na PMG, CMG, SAAE, IPREF, sendo destes 977 estatutários vinculados ao RPPS - Fundo Financeiro e 406 estatutários vinculados ao RPPS - Fundo Capitalizado.

O **Fundo Previdenciário Financeiro** é composto pelos servidores admitidos até 11/set/2000 e benefícios gerados por estes servidores conforme Lei Municipal nº 6.977, de 19 de dezembro de 2011.

Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.

O total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 63,27% do grupo. Esta distribuição aponta para uma proporção de 0,81 servidores ativos para cada servidor aposentado ou dependente em gozo de benefício.

À medida que o tempo passar, o número de participantes em gozo de benefício aumentará, alterando significativamente tal proporção. Entretanto, como este Fundo está fechado a novos ingressos, seu crescimento é limitado, tendendo à extinção após atingir determinado volume de despesas.

Para o custeio do **Fundo Previdenciário Financeiro**, o Município de Guarulhos, e os segurados, efetuam contribuições conforme descrito abaixo:

- contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00% calculados sobre a remuneração de contribuição;
- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; e
- contribuições mensais do Município: **11,20%** sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

O Fundo Previdenciário Financeiro é financiado pelo Regime Financeiro de Repartição Simples, em que as receitas e despesas devem se equilibrar dentro do exercício anual, não havendo necessidade de formação de reserva financeira para pagamentos posteriores a este período.

Sendo as despesas previdenciárias do grupo Financeiro superiores à arrecadação das suas contribuições previstas nos artigos 68, 69 e 70 da Lei nº 6.977/2011, é efetivada necessária a **integralização da folha** de benefícios do grupo em questão pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, portanto, o Município é responsável pela cobertura de qualquer insuficiência financeira do Fundo Financeiro.

Oportuno salientar que tais benefícios constituíam encargos do tesouro e seu pagamento pelo órgão gestor único do regime próprio de previdência decorre da necessidade de adequação à legislação federal que rege a matéria e que a forma de custeio destes benefícios foi assim estabelecida em lei municipal para atender à possibilidade do tesouro de cumprir com estas obrigações.

A Lei Municipal nº 6.977, de 19 de dezembro de 2011, criou o Fundo Previdenciário Capitalizado para custear as despesas previdenciárias dos servidores admitidos a partir de 12/set/00 e o Fundo Previdenciário Financeiro para custear as despesas previdenciárias dos servidores admitidos até 11/09/2000 e os aposentados e pensionistas à época da referida Lei Municipal.

Em comparação, o regime assistencial previsto na Lei nº 955, de 6 de janeiro de 1964, que dispôs sobre criação do “Serviço de Previdência Social dos Servidores Municipais de Guarulhos”, havia instituído uma alíquota de 8% descontada da remuneração dos servidores e de igual percentual a título de contribuição patronal cujo somatório era destinado para o regime de assistência a saúde e pagamento das pensões do ente, sendo as aposentadorias sob responsabilidade do tesouro.

A insuficiência financeira do regime, evidenciada pelo Resultado Previdenciário constante na Tabela 7 do Anexo de Metas Fiscais - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, IV, "a") representou em 2018, 78,28% das Despesas Previdenciárias, porém cerca de 2,50% da Receita Corrente Líquida do município.

O **Fundo Previdenciário Capitalizado** é composto pelos servidores admitidos a partir de 12/set/00 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores, conforme a Lei Municipal nº 6.977, de 19 de dezembro de 2011.

Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Capitalização.

O patrimônio constituído do RPPS em 31/dez/18, totaliza R\$ 98.512.959,93 e é composto por:

- ativo financeiro: R\$ 97.363.382,76; e
- ativo imobilizado: R\$ 1.149.577,17.

A edição da Lei nº 6.977/2011 potencializa ainda mais o RPPS (IPREF), equaciona um déficit histórico (situação enfrentada pela maioria dos RPPS brasileiros) e abre portas para seu fortalecimento.

Na composição da população de servidores do Município de Guarulhos vinculada ao Fundo Previdenciário Capitalizado verifica-se que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 4,51% do grupo.

Esta distribuição aponta para uma proporção de 44,30 servidores ativos para cada servidor aposentado ou dependente em gozo de benefício.

A concessão dos benefícios do Fundo Previdenciário Capitalizado evoluirá gradativamente até atingir a maturidade, quando o quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas tenderá à estabilidade.

Para o custeio do Fundo Previdenciário Capitalizado, o Município de Guarulhos e os segurados, efetuam contribuições normais conforme descrito abaixo:

- contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00% calculados sobre a remuneração de contribuição;
- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; e
- contribuições mensais do Município: 11,20% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Considerando uma arrecadação de R\$ 636.008,25/mês, e uma folha de benefícios de R\$ 100.412,30, verifica-se a existência de um excedente financeiro da ordem de 84,22%.

O Grupo começou com 135 servidores ativos (em 31 de dezembro de 2011) e conforme estudo atuarial apresentado foi constatado um aumento de 300,00% pontos percentuais no número de participantes ativos, sendo que há 443 servidores com data de admissão até 31/12/2018.

Em 31/dez/2015 existiam 399 servidores vinculados ao Fundo Previdenciário Capitalizado com data de admissão a partir 12/set/00, 3 aposentados e 5 pensionistas.

O valor da Reserva Matemática necessária destes servidores é de R\$ 53.447.610,87 e, como o Ativo Financeiro deste Fundo é de R\$ 96.512.959,93, há um superávit de R\$ 43.065.349,06.

Em observância às normas da Secretaria de Previdência Social tal superávit foi alocado integralmente na conta “Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário”, equivalente a até 25% das Reservas Matemáticas.

A tabela citada apresenta a projeção atuarial do RPPS do Município de Guarulhos estimando, ao longo de 75 anos os fluxos monetários dos repasses de contribuição patronal, das receitas e despesas previdenciárias com pagamentos de benefícios.

Para a elaboração dessa projeção foi utilizada uma base de dados recadastrados com alto grau de confiabilidade, que será atualizada e consistente na medida em que forem promovidos recadastramentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao RPPS.

Cabe ressaltar que os resultados atuariais são sensíveis às variações de premissas e hipóteses que embasaram os cálculos, assim, alterações nesses fatores, impactarão os resultados. Isto pode ser medido por um indicador fundamental, o represamento dos requerimentos de aposentadorias que ocorre na medida em que os servidores ativos em condições de se aposentar continuam em atividade e optam pelo recebimento do abono de permanência, o que explica a variação nas previsões dos desembolsos com pagamentos de benefícios previdenciários do Ente, como se verifica dos exercícios subsequentes à edição da Lei nº 6.056/2005 e que deverá se manter nos próximos anos, não obstante se observe um crescimento no número de benefícios concedidos nos últimos dois exercícios recomendando que ajustássemos nossas previsões de benefícios a conceder.

Vale ressaltar que as premissas utilizadas estão em sintonia com a legislação vigente e que estas podem ser alteradas pela proposta de nova previdência apresentada pelo Governo Federal.

Neste sentido, com a implantação da reforma estima-se que o adiamento dos requerimentos de aposentadoria gerou no exercício de 2018 um menor desembolso de recursos do tesouro da ordem de R\$ 20.872.601,45 (vinte milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e um reais e quarenta e cinco centavos/ano).